

AGENDA AZUL

Os representantes dos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Maranhão, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins que atuam diretamente na gestão dos recursos hídricos, se reuniram com o intuito de trabalharem a Gestão integrada e compartilhada das águas na Região Amazônica Brasileira.

A falta de prioridade quanto ao tema água, motivou os representantes dos estados a se unirem para fortalecer a gestão das águas, criando o espaço para discussão e debate, denominado AGENDA AZUL.

A estratégia idealizada visou à proteção, a conservação, o uso sustentável, a revitalização dos recursos hídricos e, em especial, o controle da contaminação dos mananciais superficiais e subterrâneos, com atuação sinérgica junto ao Governo Federal por meio do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e da Agência Nacional de Águas (ANA).

Sendo assim, a forma encontrada para viabilizar este fortalecimento foi incluir a Agenda Azul na pauta do Fórum dos Secretários e Governadores da Amazônia Legal, viabilizando um espaço de discussão, conhecimento, integração e avaliação das ações desenvolvidas pelos Estados. Possibilitando, que nossos dirigentes tomem conhecimento da real necessidade de se trabalhar proativamente as questões voltadas a recursos hídricos.

O Fórum dos Secretários de Meio Ambiente e dos Governadores da Amazônia Legal, se reúnem regulamente para discutir e buscar alternativas conjuntas para a AGENDA VERDE. Se os mesmos se reúnem para discutir desmatamento e queimada, por que não discutir recursos hídricos um bem tão precioso e vital a todos.

A proposta da AGENDA AZUL, é para estabelecer e pactuar uma estratégia de gestão integrada dos recursos hídricos, envolvendo os nove estados da Amazônia Legal, trazendo como objetivos:

- Produção técnica para subsidiar o Fórum de Secretários e o Fórum de Governadores da Amazônia Legal para as tomadas de decisão relativas à gestão integrada dos recursos hídricos;
- Contribuição na criação, regulamentação e/ou fortalecimento dos Sistemas Estaduais de Recursos Hídricos (Políticas Estaduais, Planos, Fundos, Conselhos) e de Programas Integrados de Gestão das Águas nas Bacias hidrográficas da Amazônia Legal;
- Fortalecimento dos Sistemas Estaduais de Governança de Recursos Hídricos, quais sejam Órgãos Gestores, Comitês de Bacias e Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, garantindo o que é determinado na Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9433/1997), que a gestão seja compartilhada, descentralizada e participativa;
- Criação de um sistema de informações sobre recursos hídricos (sistemas, instrumentos, normativas, outros) para os estados da região amazônica, visando a integração de dados de forma a contribuir para uma gestão mais eficiente; e
- Elaboração estratégias de captação de recursos para a reestruturação dos órgãos gestores/executores das políticas estaduais de recursos hídricos, visando a gestão eficiente dos recursos hídricos.

Tendo como resultados esperados:

- Articulação efetiva entre os Estados quanto ao gerenciamento dos recursos hídricos;
- Compromisso dos representantes do poder executivo dos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins na implementação da Política dos Recursos Hídricos; e
- Responsabilidade dos representantes do poder executivo dos respectivos Estados em relação à gestão orçamentária, financeira, administrativa e técnica necessária para a Gestão dos Recursos Hídricos.

Ocorreram duas reuniões do Grupo Agenda Azul, uma na cidade de Macapá no Amapá e a outra na cidade de Rio Branco no Acre, onde foi apresentada a

proposta de criação da Agenda Azul ao grupo de Secretários de Meio Ambiente, sendo aprovada pelos mesmos. Após a aprovação pelos Secretários de Meio Ambiente a mesma seguiu para a Plenária pelos Governadores, onde efetivaram a criação do Grupo Agenda Azul da Amazônia Legal.

Atualmente há pouca integração entre os Estados Brasileiros da Amazônia Legal Brasileira, quanto a Gestão dos Recursos Hídricos. Confirmando desta forma que a efetividade da Agenda Azul é fundamental para que o tema água entre nas discussões dos Secretários de Meio Ambiente e passem a fazer parte da sistemática de discussões, possibilitando uma articulação efetiva entre os Governos Estaduais. Podendo assim, priorizar ações conjuntas e efetivas para o bom gerenciamento dos recursos hídricos. Trazendo benefícios, evitando problemas futuros, seja de qualidade ou quantidade de água.